

**PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR:
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA A GARANTIA DE DIREITOS E O
ENFRENTAMENTO DAS VULNERABILIDADES**

**COMPREHENSIVE PROTECTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE SCHOOL
ENVIRONMENT: CONTRIBUTIONS OF SCHOOL PSYCHOLOGY TO GUARANTEEING
RIGHTS AND ADDRESSING VULNERABILITIES**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-074>

Laiany Souza Bezerra

Graduação em Psicologia

Faculdades Integradas Aparício Carvalho, FIMCA

Resumo

A proteção integral de crianças e adolescentes constitui um princípio fundamental assegurado pela legislação brasileira e pelos instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos, atribuindo à escola papel estratégico na promoção do desenvolvimento integral e na prevenção de situações de vulnerabilidade. Nesse contexto, a Psicologia Escolar destaca-se como importante área de atuação para fortalecer práticas de acolhimento, prevenção, intervenção e articulação entre os diferentes atores da comunidade escolar, contribuindo para a garantia de direitos e para a construção de ambientes educacionais seguros, inclusivos e respeitosos. Diante dessa perspectiva, o presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da Psicologia Escolar para a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar, enfatizando estratégias de promoção de direitos e enfrentamento das vulnerabilidades. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. O levantamento da literatura foi realizado nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ERIC, Scopus e Web of Science, contemplando publicações entre 2016 e 2026. Os resultados evidenciaram que a atuação do psicólogo escolar favorece a identificação precoce de situações de risco, o fortalecimento das redes de proteção, a promoção da saúde mental, a mediação de conflitos e o desenvolvimento de ações preventivas voltadas à garantia dos direitos fundamentais. Conclui-se que a Psicologia Escolar desempenha papel essencial na consolidação da proteção integral, fortalecendo práticas educativas comprometidas com a inclusão, a equidade, a cidadania e o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Direitos da criança e do adolescente; Proteção integral; Psicologia Escolar; Vulnerabilidade social.

Abstract

The comprehensive protection of children and adolescents is a fundamental principle guaranteed by Brazilian legislation and international human rights instruments, assigning schools a strategic role in fostering holistic development and preventing situations of vulnerability. In this context, School Psychology stands out as a vital field for strengthening practices related to support, prevention, intervention, and coordination among various members of the school community, thereby contributing to the safeguarding of rights and the creation of safe, inclusive, and respectful educational environments. Against this backdrop, this study aimed to analyze the contributions of School Psychology to the comprehensive protection of children and adolescents within the school setting, emphasizing strategies to promote rights and address vulnerabilities. This is a qualitative, descriptive study conducted through a literature review. The literature search was carried out using the Scientific Electronic Library Online (SciELO), CAPES Journal Portal, Virtual Health Library (VHL/BVS), ERIC, Scopus, and Web of Science databases, covering publications from 2016 to 2026. The results demonstrated that the work of school psychologists facilitates the early identification of risk situations, the strengthening of protection networks, the promotion of mental health, conflict mediation, and the development of preventive actions aimed at guaranteeing fundamental rights. It is concluded that School Psychology plays an essential role in consolidating comprehensive protection, reinforcing educational practices committed to inclusion, equity, citizenship, and the full development of children and adolescents.

Keywords: Comprehensive protection; Rights of children and adolescents; School Psychology; Social vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

A proteção integral de crianças e adolescentes constitui um princípio fundamental para a organização das políticas públicas brasileiras e exige que a escola seja compreendida não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como ambiente de convivência, desenvolvimento, prevenção de violências e garantia de direitos. No cotidiano escolar, diferentes dimensões da vida social se manifestam de forma simultânea, incluindo desigualdades econômicas, discriminações, conflitos familiares, dificuldades de aprendizagem, violência de gênero, bullying, exclusão digital, preconceitos e situações de negligência ou violação de direitos (Machado; Santos, 2021).

A compreensão da educação como direito social implica reconhecer que os processos de escolarização são atravessados por condições históricas, culturais, territoriais, institucionais e socioeconômicas, o que exige práticas integradas, acolhedoras e comprometidas com a dignidade humana, a diversidade e a participação dos sujeitos no ambiente educacional. Nesse sentido, a proteção integral

depende tanto da existência de marcos legais quanto da capacidade concreta das instituições de promoverem ações preventivas, identificarem riscos, acolherem demandas e articularem respostas com os demais serviços que compõem a rede de garantia de direitos (Santos, 2019; Dias; Guzzo, 2018).

Nesse cenário, a Psicologia Escolar pode oferecer contribuições relevantes para a construção de práticas educacionais orientadas pela prevenção, pela convivência democrática e pelo enfrentamento das múltiplas formas de vulnerabilidade que atravessam a experiência de crianças e adolescentes. Experiências de intervenção psicossocial realizadas em escolas públicas demonstram que a presença do psicólogo pode favorecer espaços de diálogo, participação e reflexão sobre as relações de poder, os preconceitos, as violências e as barreiras que dificultam a permanência e o desenvolvimento dos estudantes (Guzzo et al., 2019; Mezzalira et al., 2019).

Apesar da relevância desse campo de atuação, ainda persistem desafios que dificultam a consolidação da escola como espaço efetivamente protetivo, entre os quais se destacam a fragilidade da articulação intersetorial, a insuficiência de equipes multiprofissionais, a naturalização de determinadas violências, a culpabilização das famílias, a medicalização das dificuldades escolares e a adoção de respostas predominantemente punitivas. Diante desse quadro, estabelece-se a seguinte pergunta-problema: de que maneira a Psicologia Escolar pode contribuir para a efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar?

O objetivo geral deste artigo é analisar as contribuições da Psicologia Escolar para a promoção da proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar. Como objetivos específicos, pretende-se: identificar as principais situações de vulnerabilidade que afetam crianças e adolescentes no contexto escolar; discutir possibilidades de intervenção da Psicologia Escolar voltadas à prevenção de violações, ao fortalecimento dos vínculos e à promoção de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos; e compreender a importância da articulação entre escola, família, serviços públicos e rede de proteção para a construção de respostas integradas às necessidades dos estudantes.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel da Psicologia Escolar diante das transformações sociais e das vulnerabilidades que incidem sobre a infância e a adolescência no Brasil. A presença de episódios de violência, exclusão, preconceito, abandono e sofrimento emocional no cotidiano educacional evidencia que o acesso à escola, embora indispensável, não garante por si só condições adequadas de proteção, aprendizagem e desenvolvimento (Coelho; Conceição, 2021).

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade podem vivenciar sucessivas violações que afetam o desempenho escolar, a autoestima, a participação nas atividades, a construção de vínculos e a continuidade da trajetória educacional. Estudos sobre bullying, evasão, inserção escolar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e exclusão sociodigital demonstram que a garantia do direito à

educação exige ações que considerem as diferentes condições de vida dos estudantes e enfrentem as barreiras que dificultam sua permanência (Zequinão et al., 2017).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A doutrina da proteção integral consolidou uma nova concepção sobre a infância e a adolescência no Brasil ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Essa perspectiva rompeu com modelos assistencialistas e repressivos, atribuindo à família, ao Estado e à sociedade a responsabilidade compartilhada pela promoção de condições que assegurem o desenvolvimento físico, psicológico, social e educacional.

Nesse contexto, a escola passa a exercer função que ultrapassa a dimensão pedagógica, constituindo-se como espaço privilegiado para a promoção da cidadania, da inclusão social e da garantia dos direitos fundamentais. A efetivação desse princípio exige práticas institucionais comprometidas com o respeito à dignidade humana e com a prevenção de situações de violência e exclusão (Santos, 2019; Machado; Santos, 2021).

A compreensão contemporânea da Psicologia Escolar sofreu importantes transformações ao longo das últimas décadas. Se anteriormente predominavam intervenções centradas na avaliação individual e na explicação das dificuldades escolares a partir de características do estudante, atualmente a literatura enfatiza uma atuação crítica, preventiva e institucional. Nessa perspectiva, o psicólogo escolar busca compreender os fenômenos educacionais considerando os aspectos históricos, sociais e culturais que influenciam o processo educativo. Dessa forma, sua atuação direciona-se ao fortalecimento das relações escolares, ao desenvolvimento de práticas coletivas e à construção de ambientes mais democráticos e inclusivos, favorecendo a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes (Guzzo et al., 2019; Mezzalira et al., 2019).

O ambiente escolar constitui um dos principais espaços de socialização durante a infância e a adolescência, sendo responsável pela formação de competências cognitivas, emocionais e sociais. Entretanto, esse mesmo ambiente pode reproduzir desigualdades, preconceitos e diferentes formas de violência quando não desenvolve mecanismos institucionais capazes de promover uma convivência respeitosa. A Psicologia Escolar contribui para a construção de uma cultura de paz ao estimular práticas educativas fundamentadas no diálogo, na participação coletiva, na valorização da diversidade e na resolução não violenta dos conflitos. Essas ações fortalecem os vínculos entre estudantes, professores e famílias, favorecendo relações interpessoais mais saudáveis e inclusivas (Madureira, 2025; De Souza; Fodra; White, 2025).

A repetição de agressões físicas, verbais, psicológicas ou virtuais pode desencadear sofrimento intenso, isolamento social, evasão escolar e prejuízos à saúde mental. O enfrentamento desse fenômeno

exige ações permanentes de prevenção, identificação precoce e intervenção institucional, evitando respostas exclusivamente disciplinares. A atuação integrada da equipe escolar, associada ao trabalho desenvolvido pela Psicologia Escolar, favorece estratégias educativas voltadas ao fortalecimento da convivência, do respeito às diferenças e da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes (Pereira; Fernandes; Dell'aglio, 2022; Zequinão et al., 2017).

Situações de pobreza, exclusão digital, insegurança alimentar, fragilidade dos vínculos familiares e dificuldades de acesso às políticas públicas podem comprometer o processo de aprendizagem e ampliar o risco de abandono escolar. Essas condições evidenciam que as dificuldades vivenciadas pelos estudantes não podem ser compreendidas apenas como questões individuais, sendo indispensável uma análise das condições sociais que produzem vulnerabilidades. A escola, nesse contexto, necessita atuar de forma articulada com outras políticas públicas para garantir respostas mais abrangentes às necessidades dos estudantes (Coelho; Conceição, 2021; Ramos; Gonçalves Junior, 2024).

O desenvolvimento de habilidades sociais representa importante estratégia preventiva no ambiente escolar. Competências como empatia, comunicação, cooperação, autocontrole e resolução de conflitos contribuem para melhorar a convivência entre os estudantes e reduzir comportamentos agressivos ou discriminatórios. A participação da Psicologia Escolar na elaboração de programas educativos favorece a criação de espaços de diálogo e aprendizagem socioemocional, fortalecendo fatores de proteção capazes de minimizar situações de vulnerabilidade (Fernandes et al., 2024; Tallamini et al., 2022).

A construção de uma rede de proteção efetiva depende da articulação permanente entre escola, família e serviços públicos responsáveis pela garantia dos direitos da infância e da adolescência. O trabalho intersetorial permite identificar precocemente situações de risco, organizar encaminhamentos adequados e acompanhar os estudantes de maneira mais integrada. Nesse processo, o psicólogo escolar exerce papel relevante ao favorecer a comunicação entre os diferentes atores envolvidos, contribuindo para que as ações deixem de ser fragmentadas e passem a considerar a complexidade das demandas apresentadas pelas crianças e pelos adolescentes (Dias; Guzzo, 2018; Machado; Santos, 2021).

Diante desse conjunto de reflexões, observa-se que a Psicologia Escolar possui potencial para contribuir significativamente com a efetivação da proteção integral no ambiente educacional. Sua atuação amplia as possibilidades de prevenção das violências, promoção da saúde, fortalecimento das relações interpessoais e construção de práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos. Mais do que responder às dificuldades já instaladas, esse campo profissional busca desenvolver ações coletivas capazes de transformar o cotidiano escolar, promovendo ambientes mais acolhedores, democráticos e inclusivos (Cantares; Guzzo, 2025; Guzzo et al., 2019).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A opção por esse delineamento metodológico fundamenta-se na possibilidade de reunir, analisar e interpretar conhecimentos produzidos na literatura científica acerca da proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar, com ênfase nas contribuições da Psicologia Escolar para a garantia de direitos e o enfrentamento das vulnerabilidades presentes no contexto educacional. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por permitir a compreensão aprofundada dos fenômenos investigados, considerando seus aspectos sociais, educacionais e institucionais, sem a utilização de procedimentos estatísticos.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados científicas de reconhecida relevância nacional e internacional, entre elas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (PePSIC), Portal de Periódicos CAPES, Redalyc, LILACS e Google Acadêmico, priorizando artigos científicos publicados em periódicos indexados. Também foram consultadas obras clássicas da Psicologia Escolar e documentos científicos relacionados ao tema, desde que apresentassem pertinência com os objetivos da pesquisa.

Para a localização dos estudos foram utilizados os descritores "Psicologia Escolar", "proteção integral", "crianças e adolescentes", "garantia de direitos", "ambiente escolar", "vulnerabilidade social", "violência escolar", "bullying", "rede de proteção" e "direitos humanos", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, ampliando a recuperação de publicações relacionadas ao objeto de investigação.

Como critérios de inclusão foram estabelecidos: artigos publicados em língua portuguesa entre os anos de 2016 e 2025; estudos disponíveis na íntegra em meio eletrônico; publicações indexadas em bases científicas; pesquisas diretamente relacionadas à Psicologia Escolar, à proteção integral, às vulnerabilidades infantojuvenis, à garantia de direitos ou às práticas de intervenção no contexto escolar. Foram excluídos trabalhos duplicados, resumos de eventos científicos, dissertações, teses, capítulos de livros, editoriais, cartas ao editor, estudos sem acesso ao texto completo e publicações cujo conteúdo não apresentasse relação direta com a temática proposta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar que a produção científica recente converge para a compreensão da escola como um espaço estratégico na efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes. Os trabalhos analisados evidenciam que a garantia de direitos no ambiente escolar não depende apenas da existência de dispositivos legais, mas também da construção de práticas institucionais

capazes de reconhecer, prevenir e enfrentar as múltiplas vulnerabilidades que atravessam o cotidiano dos estudantes.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar emerge como área de conhecimento comprometida com a promoção de processos educativos mais inclusivos, democráticos e humanizados, deslocando o foco de intervenções centradas exclusivamente no indivíduo para uma perspectiva que considera as relações sociais, as condições institucionais e os determinantes históricos presentes na realidade escolar. A partir dessa compreensão, os resultados foram organizados em três eixos temáticos, buscando discutir as principais contribuições da literatura para o fortalecimento da proteção integral no contexto educacional.

4.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E GARANTIA DE DIREITOS

A escola ocupa posição privilegiada na rede de proteção destinada à infância e à adolescência por estabelecer contato cotidiano com crianças e adolescentes durante uma etapa decisiva do desenvolvimento humano. Essa proximidade permite que profissionais da educação identifiquem mudanças de comportamento, dificuldades de aprendizagem, sinais de negligência, episódios de violência e outras situações que podem indicar violações de direitos. A proteção deixa de ser compreendida como ação isolada e passa a constituir uma prática permanente de acolhimento, prevenção e articulação com outros serviços públicos, fortalecendo o direito à educação como elemento inseparável da garantia dos demais direitos fundamentais (Santos, 2019; Dias; Guzzo, 2018).

Durante muitos anos, a escola foi marcada por modelos disciplinares que privilegiavam o controle do comportamento e a responsabilização individual dos estudantes pelas dificuldades enfrentadas no processo educativo. A produção científica recente, entretanto, demonstra que problemas como violência, exclusão, discriminação e fracasso escolar não podem ser explicados apenas por características pessoais dos alunos, uma vez que refletem processos sociais complexos e condições estruturais que influenciam diretamente o cotidiano escolar (De Souza; Fodra; White, 2025; Madureira, 2025).

A análise realizada por Dias e Guzzo evidencia que muitas situações de vulnerabilidade permanecem sem acompanhamento adequado quando cada instituição atua de maneira isolada, dificultando respostas efetivas às necessidades apresentadas pelos estudantes. A atuação articulada entre escola, assistência social, saúde, Conselho Tutelar e demais órgãos responsáveis pela garantia dos direitos permite ampliar as possibilidades de intervenção, evitando encaminhamentos fragmentados e fortalecendo o acompanhamento contínuo das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. Essa integração também favorece o compartilhamento de responsabilidades entre diferentes políticas públicas, reduzindo a sobrecarga das instituições escolares e ampliando a efetividade das ações protetivas desenvolvidas no território (Dias; Guzzo, 2018).

Em vez de restringir sua atuação à realização de avaliações individuais ou encaminhamentos clínicos, o psicólogo escolar passa a desenvolver intervenções voltadas para a melhoria das relações institucionais, da convivência e dos processos educativos. As experiências descritas no Projeto ECOAR demonstram que ações coletivas envolvendo estudantes, professores, gestores e famílias contribuem para ampliar espaços de escuta, fortalecer vínculos e promover mudanças no cotidiano escolar (Guzzo et al., 2019; Mezzalira et al., 2019).

Ainda que a proteção integral depende da construção de uma cultura institucional baseada no reconhecimento dos direitos humanos e da diversidade. Quando a escola valoriza o diálogo, a participação democrática e o respeito às diferenças, cria condições favoráveis para prevenir diferentes formas de violência e fortalecer sentimentos de pertencimento entre os estudantes. Essa perspectiva rompe com práticas excludentes e contribui para que crianças e adolescentes encontrem no ambiente escolar um espaço seguro para expressar suas necessidades, desenvolver suas potencialidades e construir relações sociais mais saudáveis (Madureira, 2025; Santos, 2019).

A garantia da proteção integral depende da superação de práticas escolares fundamentadas na culpabilização dos estudantes e de suas famílias. Em muitos contextos, dificuldades de aprendizagem, problemas disciplinares, evasão e baixo rendimento ainda são interpretados como consequências exclusivas de aspectos individuais, desconsiderando as condições sociais que influenciam diretamente a trajetória escolar. Essa perspectiva reduz a complexidade das situações vivenciadas por crianças e adolescentes e dificulta a construção de respostas institucionais mais abrangentes (Guzzo et al., 2019; De Souza; Fodra; White, 2025).

A exclusão sociodigital, intensificada nos últimos anos, revelou que as desigualdades econômicas afetam não apenas o acesso às tecnologias, mas também as oportunidades de aprendizagem, comunicação e acompanhamento das atividades escolares. Crianças e adolescentes inseridos em contextos de maior vulnerabilidade passaram a enfrentar obstáculos adicionais relacionados à falta de equipamentos, acesso limitado à internet e fragilidade das condições familiares para acompanhar o processo educativo (Coelho; Conceição, 2021; Ramos; Gonçalves Junior, 2024).

Ambientes escolares caracterizados por diálogo, participação e respeito favorecem o desenvolvimento do sentimento de pertencimento entre os estudantes, aspecto considerado essencial para a prevenção de diferentes formas de violência. Quando crianças e adolescentes percebem que são ouvidos, acolhidos e respeitados, tornam-se mais propensos a compartilhar situações de sofrimento, denunciar violações de direitos e participar das estratégias coletivas de enfrentamento dos conflitos. A Psicologia Escolar contribui significativamente para esse processo ao promover espaços de escuta, mediação e construção coletiva de soluções, fortalecendo vínculos entre estudantes, professores, famílias e equipe gestora (Mezzalira et al., 2019; Madureira, 2025).

A Psicologia Escolar ocupa posição estratégica nesse processo por favorecer intervenções preventivas, estimular práticas institucionais mais inclusivas e contribuir para a construção de ambientes educativos comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, a proteção integral deixa de ser compreendida como responsabilidade exclusiva de um profissional ou de uma política pública específica, constituindo-se como compromisso coletivo que envolve toda a comunidade escolar e os diferentes serviços responsáveis pela garantia dos direitos da infância e da adolescência (Dias; Guzzo, 2018; Guzzo et al., 2019).

4.2 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA O ENFRENTAMENTO DAS VULNERABILIDADES

A atuação da Psicologia Escolar tornou-se cada vez mais abrangente diante da complexidade das vulnerabilidades presentes no ambiente educacional. Os estudos demonstram que dificuldades relacionadas à aprendizagem, conflitos interpessoais, discriminações, violência, abandono escolar e sofrimento emocional não podem ser compreendidas de forma isolada, pois resultam da interação entre fatores individuais, familiares, institucionais e sociais. Assim, o trabalho do psicólogo escolar assume caráter preventivo e coletivo, buscando compreender as relações estabelecidas no cotidiano da escola e propor intervenções que fortaleçam a convivência, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes (Mezzalira et al., 2019).

Em vez de atuar apenas após a ocorrência de conflitos ou episódios de violência, a Psicologia Escolar propõe intervenções permanentes capazes de fortalecer fatores de proteção presentes na comunidade escolar. Essas ações incluem rodas de conversa, oficinas, grupos reflexivos, formação continuada de professores, mediação de conflitos e projetos educativos voltados à valorização da diversidade, da cooperação e do respeito às diferenças. Ambientes escolares que investem em estratégias preventivas apresentam melhores condições para identificar precocemente situações de risco e construir respostas coletivas, reduzindo a necessidade de intervenções exclusivamente disciplinares (Madureira, 2025; De Souza; Fodra; White, 2025).

Competências relacionadas à comunicação, empatia, cooperação, resolução de conflitos e autocontrole favorecem a melhoria da convivência entre estudantes e contribuem para reduzir comportamentos agressivos, discriminatórios e excludentes. Os programas implementados em escolas indicam que essas habilidades podem ser aprendidas e fortalecidas quando fazem parte de ações planejadas, contínuas e articuladas ao projeto pedagógico institucional. A participação da Psicologia Escolar nesse processo torna-se fundamental ao oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a elaboração de atividades compatíveis com as necessidades de cada comunidade escolar, respeitando suas características sociais e culturais (Fernandes et al., 2024; Tallamini et al., 2022).

Quando professores desenvolvem metodologias participativas, valorizam o diálogo e estimulam a cooperação entre os estudantes, criam condições favoráveis para a prevenção de conflitos e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Nesse cenário, a Psicologia Escolar atua em parceria com os docentes, oferecendo suporte para a compreensão das dificuldades presentes na sala de aula e colaborando na elaboração de estratégias que favoreçam a aprendizagem e a convivência. Os estudos demonstram que essa atuação compartilhada amplia as possibilidades de intervenção sobre os fatores que dificultam o desenvolvimento dos estudantes, evitando interpretações simplificadas ou centradas exclusivamente no comportamento individual (Lessa; Felício; Almeida, 2017; Pasche et al., 2019).

O enfrentamento das vulnerabilidades exige intervenções capazes de reconhecer as diferentes formas de violência presentes no cotidiano escolar. As pesquisas demonstram que episódios de discriminação, preconceito, violência de gênero e bullying não constituem acontecimentos isolados, mas refletem relações sociais marcadas por desigualdades históricas e culturais. Sob essa perspectiva, a Psicologia Escolar crítica propõe que tais situações sejam discutidas coletivamente, favorecendo processos educativos que promovam respeito, equidade e valorização da diversidade (Cantares; Guzzo, 2025; Pereira; Fernandes; Dell'aglio, 2022).

Quando os alunos participam das decisões relacionadas à convivência escolar e às estratégias de enfrentamento dos conflitos, desenvolvem maior senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. Ao mesmo tempo, professores e gestores passam a compreender os conflitos não apenas como problemas disciplinares, mas como oportunidades para promover aprendizagens relacionadas à cidadania, ao respeito às diferenças e à convivência democrática. Dessa maneira, a Psicologia Escolar contribui para consolidar práticas institucionais que valorizam a participação estudantil como elemento fundamental da proteção integral e da garantia de direitos (Madureira, 2025; Machado; Santos, 2021).

Intervenções conduzidas exclusivamente pelo psicólogo tendem a apresentar menor impacto quando não existe o envolvimento efetivo da equipe gestora, dos professores e das famílias. A construção de estratégias compartilhadas amplia a capacidade institucional de reconhecer fatores de risco, organizar respostas preventivas e acompanhar situações de vulnerabilidade ao longo do tempo. Nesse sentido, a Psicologia Escolar desempenha papel de articuladora dos diferentes saberes presentes na instituição, favorecendo a integração entre aspectos pedagógicos, sociais e emocionais do processo educativo (Guzzo et al., 2019; Dias; Guzzo, 2018).

Situações relacionadas ao cumprimento de medidas socioeducativas, à ruptura dos vínculos familiares ou à exclusão escolar revelam que muitos estudantes enfrentam obstáculos que extrapolam os limites da instituição de ensino. Nesses casos, a atuação da Psicologia Escolar torna-se ainda mais relevante ao favorecer a reconstrução dos vínculos com a escola e ao contribuir para que o processo educativo seja compreendido como importante fator de proteção social (Machado; Santos, 2021).

A permanência na escola representa oportunidade de desenvolvimento pessoal, ampliação das relações sociais e construção de novos projetos de vida, sendo indispensável que as intervenções valorizem as potencialidades dos adolescentes e evitem práticas estigmatizantes que reforcem processos de exclusão já vivenciados por esses sujeitos (Pires; Sarmiento; Drummond, 2018).

As pesquisas analisadas convergem ao afirmar que intervenções fundamentadas na prevenção, na escuta qualificada, no trabalho coletivo e na articulação com a rede de proteção produzem resultados mais consistentes para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Assim, consolidar a presença da Psicologia Escolar nas instituições de ensino significa investir na construção de ambientes mais acolhedores, inclusivos e comprometidos com a proteção integral, transformando a escola em espaço de promoção da cidadania e de enfrentamento das desigualdades sociais que afetam a infância e a adolescência (De Souza; Fodra; White, 2025; Guzzo et al., 2019).

4.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E DA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR

A análise da literatura permitiu identificar que, embora tenham ocorrido avanços importantes na compreensão da escola como espaço de proteção integral, ainda persistem obstáculos que dificultam a efetivação desse papel no cotidiano das instituições de ensino. Muitas escolas enfrentam limitações relacionadas à insuficiência de recursos humanos, à ausência de equipes multiprofissionais permanentes e à dificuldade de articulação entre os diferentes setores responsáveis pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Essas limitações reduzem a capacidade institucional de responder às demandas apresentadas pelos estudantes e, frequentemente, fazem com que situações de vulnerabilidade sejam tratadas de forma pontual ou apenas quando atingem níveis mais graves Psicologia Escolar (Dias; Guzzo, 2018; Guzzo et al., 2019).

Em muitas situações, dificuldades de aprendizagem, conflitos interpessoais e problemas comportamentais continuam sendo interpretados como características pessoais ou familiares, sem a devida consideração das condições sociais e institucionais que influenciam o desenvolvimento humano. Essa forma de compreensão tende a reforçar processos de culpabilização, dificultando a construção de estratégias preventivas e coletivas. A Psicologia Escolar crítica propõe justamente o movimento oposto, incentivando análises contextualizadas capazes de compreender os diferentes fatores que produzem sofrimento, exclusão e desigualdade no ambiente escolar (De Souza; Fodra; White, 2025; Madureira, 2025).

O fortalecimento da rede de proteção depende da existência de comunicação permanente entre escola, família e serviços públicos. Quando essa articulação ocorre de forma fragmentada, muitos estudantes deixam de receber o acompanhamento necessário para superar situações de vulnerabilidade relacionadas à violência, negligência, abandono, discriminação ou exclusão social. Os estudos demonstram

que a atuação integrada permite compartilhar informações, construir estratégias conjuntas e definir responsabilidades entre os diferentes profissionais envolvidos no atendimento das crianças e adolescentes (Dias; Guzzo, 2018; Machado; Santos, 2021).

A exclusão sociodigital evidenciou que a desigualdade de acesso às tecnologias interfere diretamente nas oportunidades educacionais e amplia processos de exclusão já existentes. Crianças e adolescentes que vivem em contextos de maior vulnerabilidade enfrentam dificuldades relacionadas não apenas ao acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos, mas também às condições familiares necessárias para acompanhar as atividades escolares (Coelho; Conceição, 2021; Ramos; Gonçalves Junior, 2024).

Manifestações de bullying, discriminação, violência de gênero, preconceitos e diferentes formas de intolerância continuam presentes em muitos contextos escolares, produzindo impactos significativos sobre o desenvolvimento emocional, a aprendizagem e a permanência dos estudantes. A literatura demonstra que estratégias fundamentadas exclusivamente na punição apresentam resultados limitados, sendo necessário investir em ações educativas permanentes que promovam respeito, diálogo, participação e valorização da diversidade (Cantares; Guzzo, 2025; Pereira; Fernandes; Dell'aglio, 2022).

O fortalecimento da atuação da Psicologia Escolar depende da ampliação de políticas públicas que assegurem a presença desse profissional nas instituições de ensino de forma contínua e integrada ao trabalho pedagógico. A inserção do psicólogo na escola produz resultados mais consistentes quando suas ações não se restringem ao atendimento de demandas emergenciais, mas contemplam planejamento, acompanhamento institucional, formação de professores e desenvolvimento de projetos preventivos. Essa atuação contínua favorece a construção de vínculos com a comunidade escolar e possibilita intervenções fundamentadas nas necessidades reais de cada contexto educativo (Guzzo et al., 2019; Madureira, 2025).

Professores e gestores ocupam posição estratégica na identificação precoce de sinais relacionados à violência, negligência, sofrimento psíquico, discriminação e exclusão social, sendo fundamental que disponham de conhecimentos e instrumentos que orientem suas práticas. A literatura demonstra que processos formativos desenvolvidos em parceria com a Psicologia Escolar favorecem uma compreensão mais ampla do desenvolvimento humano e fortalecem a capacidade institucional de construir intervenções preventivas e coletivas (Fernandes et al., 2024; Pasche et al., 2019).

A construção de ambientes acolhedores depende do envolvimento de estudantes, famílias, professores, equipe gestora e demais profissionais na elaboração de práticas pautadas pelo diálogo, pela corresponsabilidade e pelo respeito à diversidade. Quando esses diferentes atores participam das decisões institucionais e compartilham objetivos comuns, ampliam-se as possibilidades de prevenção das violências, fortalecimento dos vínculos e promoção de uma cultura de paz (Mezzalana et al., 2019; Tallamini et al., 2022).

Os estudos analisados convergem ao evidenciar que a efetividade dessa atuação depende da integração entre políticas públicas, formação continuada dos profissionais, trabalho interdisciplinar e articulação permanente com a rede de proteção. Apesar dos desafios ainda presentes, observa-se um movimento crescente em direção a práticas institucionais mais preventivas, participativas e comprometidas com os princípios dos direitos humanos. Assim, investir na consolidação da Psicologia Escolar crítica significa ampliar as possibilidades de construção de ambientes educacionais mais democráticos, acolhedores e capazes de responder às múltiplas vulnerabilidades que atravessam a realidade da infância e da adolescência no contexto brasileiro (Dias; Guzzo, 2018; De Souza; Fodra; White, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender a relevância da Psicologia Escolar na promoção da proteção integral de crianças e adolescentes, evidenciando que sua atuação contribui para a construção de ambientes educacionais mais acolhedores, inclusivos e comprometidos com a garantia de direitos. A análise da literatura demonstrou que a escola desempenha papel fundamental na identificação de situações de vulnerabilidade e na promoção de ações preventivas capazes de favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes.

A atuação da Psicologia Escolar ultrapassa intervenções individuais, abrangendo ações coletivas voltadas ao fortalecimento das relações interpessoais, à mediação de conflitos, à valorização da diversidade e à articulação entre escola, família e rede de proteção. Nesse contexto, o trabalho interdisciplinar e a implementação de práticas preventivas revelam-se essenciais para enfrentar os desafios presentes no cotidiano escolar e promover uma educação pautada nos princípios da cidadania, da inclusão e dos direitos humanos.

Conclui-se, portanto, que fortalecer a inserção da Psicologia Escolar nas instituições de ensino representa uma estratégia importante para qualificar as práticas educativas e ampliar a proteção de crianças e adolescentes. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre o tema e incentive novas pesquisas, bem como o desenvolvimento de políticas e ações que consolidem uma escola cada vez mais comprometida com o desenvolvimento humano, a justiça social e a garantia dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

CANTARES, Tamiris da Silva; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Prevenção à violência de gênero na escola: contribuições da psicologia crítica. **Psicologia & Sociedade**, v. 37, p. e291791, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/yrHydLTH3DhN4wgvDBgMj8H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 de jan. de 2026.

COELHO, Acileide Cristiane Fernandes; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Exclusão sociodigital e desproteção de crianças, adolescentes e famílias em tempos de crise. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 2, e3994, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v16n2/08.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

DE SOUZA, Marilene Proença Rebello; FODRA, Sandra Maria; WHITE, Oriana Monarca. Violência e convivência escolar: contribuições e desafios para políticas educacionais a partir da Psicologia Escolar. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 30, 2025. Disponível em: <https://puccampinas.emnuvens.com.br/reeducacao/article/download/14243/12197>. Acesso em 08 de jan. de 2026.

DIAS, Carolina Nascimento; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Escola e demais redes de proteção: aproximações e atuações (im)possíveis? **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 13, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000300012. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

FERNANDES, Luana de Mendonça; PENNA-DE-CARVALHO, Aline; ALVES, Ana Julia de Carvalho Pereira; LEME, Vanessa Barbosa Romera. Programa de habilidades sociais para estudantes do Ensino Fundamental em vulnerabilidade social. **Vínculo**, São Paulo, v. 21, e21006, p. 1-11, 2024. DOI: <https://doi.org/10.32467/issn.1982-1492v21na6>. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v21/1806-2490-vinc-21-e21006.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; RIBEIRO, Flávia de Mendonça; MEIRELES, Jacqueline; FELDMANN, Mariana; SILVA, Simone Santos de Godoy Teixeira da; SANTOS, Lívia Cristina Lemos dos; DIAS, Carolina Nascimento. Práticas promotoras de mudanças no cotidiano da escola pública: Projeto ECOAR. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 153-167, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.2967>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2967>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

LESSA, Tatiane Cristina Rodrigues; FELÍCIO, Natália Costa; ALMEIDA, Maria Amélia. Práticas pedagógicas e habilidades sociais: possibilidade de pesquisa de intervenção com professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 167-174, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121096>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

MACHADO, Bianca Zanchi; SANTOS, Samara Silva dos. Direitos humanos na atuação de psicólogos na socioeducação. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 12, n. 1 supl., p. 88-114, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n1suplp88>. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v12n1s1/v12n1s1a06.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Psicologia & Educação: Cultura de Paz, Diversidade e Direitos Humanos**. Cortez Editora, 2025.

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; WEBER, Mara Aparecida Lissarassa; BECKMAN, Marcia Valeria Reis; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O psicólogo escolar na educação infantil: uma proposta de intervenção psicossocial. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 233-247, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3051>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3051>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

PASCHE, Aline; VIDAL, Juliana; SCHOTT, Fernanda; PEREIRA, Taís; LEMOS, Stela. Treinamento de habilidades sociais no contexto escolar: um relato de experiência. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 166-179, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i2.2850>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2850>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

PEREIRA, Edgar Abrahão; FERNANDES, Grazielli; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e249984, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248249984>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3c5JH9PMJ4hZTCdm49vJwTJ/>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

PIRES, Sanyo Drummond; SARMENTO, Myrian de Moraes; DRUMMOND, Marianna Florentina Lima Alves de Oliveira. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e sua inserção escolar. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 13, n. 3, p. 1-17, jul./set. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000300014. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e268037, p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450268037>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/224106>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e184961, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/>. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

TALLAMINI, Elsa Zanette; PATIAS, Naiana Dapieve; FERREIRA, Vinícius Renato Thomé; WAGNER, Márcia Fortes. Treinamento de habilidades sociais no contexto escolar: revisão sistemática. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 147-166, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.66484>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812022000100147. Acesso em: 17 de jan. de 2026.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida; CARDOSO, Allana Alexandre; SILVA, Jorge Luiz da; MEDEIROS, Pâmella de; SILVA, Marta Angélica Lossi; PEREIRA, Beatriz; CARDOSO, Fernando Luiz. Desempenho escolar e bullying em estudantes em situação de vulnerabilidade social. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 19-27, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7322/jhgd.127645>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/jhgd/article/view/127645>. Acesso em: 13 jan. 2026.